



**32º CONGRESSO
DE SECRETÁRIOS
MUNICIPAIS DE
SAÚDE DO
ESTADO DE
SÃO PAULO**

15ª Mostra de
Experiências
Exitosas dos
Municípios

8º Prêmio
David
Capistrano

"30 anos de SUS: SUStentabilidade para garantia do Direito à Saúde
Aumento do financiamento federal e estadual!"

Participação Social

A PARTICIPAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE DE SÃO BERNARDO DO CAMPO NO CONTROLE SOCIAL DO SUS

Fabiana Toneto Paniagua, Wagner Kuroiwa

1 Secretaria de Saúde de São Bernardo do Campo - Secretaria de Saúde de São Bernardo do Campo

São Bernardo do Campo

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A partir da convocação da 1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde pela Portaria GM/MS 1.017 de 11/05/2016 com o tema principal "Vigilância em Saúde: Direito, Conquistas e Defesa de um SUS Público de Qualidade", e da 1ª Conferência Estadual de Vigilância em Saúde correspondente, através do Decreto Estadual/SP 62.433 de 20/01/2017, com o objetivo de propor diretrizes para a formulação da Política Nacional de Vigilância em Saúde e fortalecer programas e ações de Vigilância em Saúde desenvolvidas pelo SUS, os municípios tiveram que se organizar em um curto espaço de tempo e sem orientações definidas, para constituir propostas e eleger participantes para as escassas vagas fornecidas para as regiões, dentro de critérios pré-estabelecidos pelo Conselho Estadual de Saúde, para a 1ª Conferência Macrorregional de Vigilância em Saúde - DRS1 (38 municípios) e posteriormente a Etapa Estadual. Inicia-se a organização municipal para dar conta desta tarefa de conferências em saúde, questão muitas vezes distante dos trabalhadores de vigilância em saúde que detem um conhecimento especializado da temática, mas não do controle social, e do segmento usuário e trabalhador do Conselho Municipal de Saúde que executa o controle social permanentemente, mas não conhece os assuntos técnicos das vigilâncias.

OBJETIVOS

Fomentar a participação ativa das áreas especializadas em vigilância em saúde no controle social do SUS.

METODOLOGIA

Reuniões entre trabalhadores e gestores das cinco áreas das vigilâncias do município: vigilância epidemiológica, controle de zoonoses, vigilância sanitária, vigilância ambiental e CEREST ocorreram com o objetivo de formular propostas viáveis para a melhoria dos processos de trabalho, financiamento, qualificação dos profissionais, reconhecimento, articulação com a rede de saúde pública e privada, tecnologias, comunicação, educação permanente, entre outras. Estas foram sintetizadas e unificadas, sendo classificadas para execução local, estadual e nacional. Participação com informes e discussão, de um trabalhador da vigilância em saúde que não era conselheiro, em reuniões do Conselho Municipal de Saúde. Participação nas reuniões do GVE/GVS VII, que abrange os sete municípios do grande ABC para a organização e equipe de redação das propostas de toda a região para a Etapa Macrorregional da Conferência.



32º CONGRESSO
DE SECRETÁRIOS
MUNICIPAIS DE
SAÚDE DO
ESTADO DE
SÃO PAULO

15ª Mostra de
Experiências
Exitosas dos
Municípios

8º Prêmio
David
Capistrano

"30 anos de SUS: SUStentabilidade para garantia do Direito à Saúde
Aumento do financiamento federal e estadual!"

RESULTADOS

Realização da 1ª Conferência Livre de Vigilância em Saúde municipal com a formulação e aprovação de 22 propostas validadas pelo Conselho Municipal de Saúde para a Etapa Macrorregional que ocorreu em Barueri. Decisão do Conselho Municipal de Saúde para representante do município como delegado do segmento trabalhador, entre os conselheiros do segmento trabalhador e um funcionário do próprio Departamento de Proteção à Saúde e Vigilâncias. Neste caso ficou entendido e decidido que seria melhor um trabalhador com o conhecimento técnico do assunto para explicar e defender as propostas do município. Outras indicações do segmento usuário, conforme número de vagas pactuadas com os 7 municípios ocorreram; Consolidação de propostas regionais com equipe técnica dos municípios e estado da RRAS1- Diadema, Santo André, São Bernardo do Campo, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e São Caetano do Sul, para sintetizar todas em 24 propostas para a Macrorregional; Participação da 1ª Conferência Macrorregional de Vigilância em Saúde da DRS1 com 38 municípios, realizada em 26/06/2017, em Barueri, com aprovação de 12 propostas; Participação da 1ª Conferência Estadual de Vigilância em Saúde do Estado de São Paulo, realizada de 12 a 14/09/2017 em Águas de Lindóia, com a aprovação de 12 propostas para execução estadual e 12 propostas para a Etapa Nacional; Participação da 1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde de 27/02 a 02/03/2018 em Brasília como Delegada do segmento trabalhador, discutindo e aprovando propostas para a Política Nacional de Vigilância em Saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento e a participação no controle social do SUS não são comuns, nem rotina para as equipes de vigilância. A mobilização ocorrida propiciou o entendimento e o "descobrimo" prático de como fazer e qual o caminho a seguir para trabalhadores e gestores. A união das diversas áreas geraram propostas consistentes, que foram aprovadas regionalmente, e várias para o Estado e agrupadas para a Nacional. Para garantir a participação de ao menos 1 trabalhador especializado em vigilância em saúde representando o município nestes eventos específicos, há desgaste e disputa, pois pela baixa participação de trabalhadores de vigilância como conselheiros nos municípios, os representantes do segmento no Conselho Municipal de Saúde - CMS reivindicam sua participação, ficando sempre na decisão de indicação de todos os representantes do CMS. A participação nas diversas etapas e conferências trouxe um panorama de que os problemas enfrentados pelos diversos municípios e estados do Brasil, apesar de algumas peculiaridades e singularidades, são de uma forma macro muito semelhantes no campo de vigilância em saúde em seu conceito mais amplo, e em sua estruturação institucional no serviço público com exceção do componente federal. A construção coletiva desde a ponta nos municípios, das propostas aprovadas nacionalmente para compor a Política Nacional de Vigilância em Saúde, é um privilégio e um marco histórico dentro do Sistema Único de Saúde, do qual nos orgulhamos de fazer parte.